



Número: **0804849-50.2024.8.19.0029**

Classe: **TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE**
Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Magé**
Última distribuição : **12/07/2024**
Valor da causa: **R\$ 100.000,00**
Assuntos: **Administração judicial**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PAN-RIO COMERCIAL DE BEBIDAS LTDA (REQUERENTE)		CECILIA ALMEIDA COSTA BRAGA (ADVOGADO) CAMILLA SILVA AGUIAR (ADVOGADO)	
ATLANTICA INDUSTRIA E COMERCIO DE AGUAS MINERAIS LTDA (REQUERENTE)		CECILIA ALMEIDA COSTA BRAGA (ADVOGADO) CAMILLA SILVA AGUIAR (ADVOGADO)	
REFRIGERANTES PAKERA LTDA (REQUERENTE)		CECILIA ALMEIDA COSTA BRAGA (ADVOGADO) CAMILLA SILVA AGUIAR (ADVOGADO)	
EMPRESA DE MINERACAO DE AGUAS SANT'ANNA LTDA (REQUERENTE)		CECILIA ALMEIDA COSTA BRAGA (ADVOGADO) CAMILLA SILVA AGUIAR (ADVOGADO)	
EMPRESA DE MINERACAO DE AGUAS SANT'ANNA LTDA (RÉU)			
MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS (ADMINISTRADOR JUDICIAL)		JULIO MATUCH DE CARVALHO registrado(a) civilmente como JULIO MATUCH DE CARVALHO (ADVOGADO)	
NERY & MEDEIROS SOCIEDADE DE ADVOGADOS (ADMINISTRADOR JUDICIAL)		JAMILLE MEDEIROS DE SOUZA (ADVOGADO) LARISSA LEAL LIMA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
130854370	15/07/2024 00:49	Decisão	Decisão

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Comarca de Magé

1ª Vara Cível da Comarca de Magé

Rua Doutor Domingos Belizze, 178, Centro, MAGÉ - RJ - CEP: 25900-058

DECISÃO

Classe: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

REQUERENTE: PAN-RIO COMERCIAL DE BEBIDAS LTDA, ATLANTICA INDUSTRIA E COMERCIO DE AGUAS MINERAIS LTDA, REFRIGERANTES PAKERA LTDA, EMPRESA DE MINERACAO DE AGUAS SANT'ANNA LTDA

RÉU: EMPRESA DE MINERACAO DE AGUAS SANT'ANNA LTDA

Processo: TutCautAnt 0804849-50.2024.8.19.0029

Trata-se de pedido de tutela de urgência cautelar, de caráter antecedente, preparatório de futuro pedido de Recuperação Judicial, levado a efeito pelas sociedades empresárias PAN-RIO COMERCIAL DE BEBIDAS LTDA., ATLÂNTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUAS MINERAIS LTDA., REFRIGERANTES PAKERA LTDA., EMPRESA DE MINERAÇÃO DE ÁGUAS SANT'ANNA LTDA., denominadas, em conjunto, como 'GRUPO PAKERA'.

Narram que se valeram no passado de uma recuperação judicial, distribuída para este juízo e tombada sob o nº 0009466-67.2016.8.19.0029, medida necessária, à época, para a superação das dificuldades financeiras enfrentadas pelas requerentes. Informam que o feito teve regular e bem sucedido andamento, tendo sido o



Plano de Recuperação Judicial aprovado por significativa maioria dos credores, tendo sido então homologado em 11/07/2019, com a concessão de sua recuperação judicial.

Informam que o sucesso da primeira recuperação judicial não foi suficiente para o soerguimento esperado, diante da inflação, aumento das matérias-primas, queda nas vendas e total restrição de crédito, instaurando um novo cenário de instabilidade no fluxo financeiro das requerentes.

Não obstante, confiam na força de seu nome e de suas marcas e correspondente *marketshare* consolidado, qualificação dos serviços e *know-how* acumulado, e, uma vez reequilibradas, denotam a certeza da viabilidade do projeto de recuperação que será futuramente protocolado.

Requerem a proteção cautelar em caráter antecedente, em razão do iminente risco de caos na gestão financeira do Grupo, notadamente por conta de arresto que atualmente recai sobre a sua fábrica por determinação de Juízo do Trabalho em sede de execução centralizada, bem como pelo risco de interrupção de serviços essenciais, pela existência de débitos em aberto junto às concessionárias de fornecimento de energia elétrica, com abrupto comprometimento do atendimento da cadeia de consumo.

RELATADOS, DECIDO.

A Lei nº 14.112/2020 introduziu no ordenamento jurídico brasileiro a possibilidade de tutela cautelar antecedente ao pedido de recuperação judicial, por meio do artigo 6º, §12, da Lei nº 11.101/2005 (LRE). Essa inovação visa proteger o devedor em crise econômico-financeira, permitindo a suspensão de execuções e atos expropriatórios, a fim de viabilizar a negociação com credores e a apresentação de um plano de recuperação eficaz.

A doutrina majoritária reconhece a importância da tutela cautelar antecedente como instrumento de proteção do devedor e da preservação da empresa, em consonância com a função social da



recuperação judicial.

Nesse sentido, destaca-se a obra de Fábio Ulhoa Coelho, que defende a necessidade de medidas urgentes para evitar o agravamento da crise empresarial e garantir a efetividade da recuperação judicial.

A jurisprudência brasileira também tem se mostrado favorável à concessão da tutela cautelar antecedente, desde que preenchidos os requisitos legais, como a demonstração do periculum in mora (perigo da demora) e do fumus boni iuris (aparência de bom direito). O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já se manifestou nesse sentido, em diversos julgados, enfatizando a importância da medida para a preservação da empresa e a proteção dos interesses dos credores.

Isto porque, verificou-se que a própria finalidade do processo recuperacional, de propiciar o soerguimento da empresa, com sua reestruturação econômico-financeira, mostrava-se, em certa medida, comprometida, ante a crises financeiras de caráter geral e dívidas não englobadas na recuperação anterior.

E não é só, diante da absoluta paralisia das execuções e da ausência de mecanismos legais idôneos a permitir a equalização de correlato crédito, o processo de recuperação judicial avançava, sem levar em consideração parte do passivo da empresa devedora comumente expressivo, culminando, primeiro, na concessão da recuperação judicial, a qual, em tese, haveria de sinalizar o almejado saneamento, como um todo, de seus débitos e, num segundo momento, no encerramento da recuperação judicial, que, por sua vez, deveria refletir o efetivo atingimento da reestruturação econômico-financeira da recuperanda.

Não obstante, encerrada, muitas vezes a recuperação judicial, COMO AQUI OCORRIDO, a empresa remanescia em situação deficitária, a considerar a magnitude dos débitos trabalhistas ou fiscais ainda em aberto, a ensejar, inarredavelmente, novos endividamentos.

Em janeiro de 2021, contudo, entrou em vigor a citada Lei n. 14.112/2020 com o declarado propósito de aprimorar o processo das



recuperações e de falência, buscando suprir as inadequações apontadas e destacadas pela doutrina e pela jurisprudência entre as disposições legais originárias e a prática, a fim de atingir, efetivamente, as finalidades precípuas dos institutos estabelecidos na lei.

A partir da exposição de motivos e, principalmente, das disposições implementadas pela Lei 14.112/2020 - que se destinaram a melhor estruturar o parcelamento especial do débito fiscal (no âmbito federal) para as empresas em recuperação judicial (art. 10-A e 10-B da Lei n. 10.522/2022), bem como a estabelecer a possibilidade de a empresa em recuperação judicial realizar, com a União, suas autarquias e fundações, transação resolutiva de litígio relativa a créditos inscritos em dívida ativa, nos moldes da Lei 13.988/2020, a chamada Lei do Contribuinte Legal (10-C da Lei n. 10.522/2022), com o estabelecimento de grave consequência para o caso de descumprimento - pode-se afirmar, com segurança, o inequívoco propósito do legislador de conferir concretude a Recuperações anteriores, findadas judicialmente, a par de não atingida a eficácia que projetava o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Daí pois, cinge-se o deferimento da Cautelar Antecedente a constatação ictus oculi dos elementos objetivos ínsitos na novel legislação, a fumaça do bom direito, qual sejam, cumprimento dos requisitos legais específicos, até para uma própria nova recuperação, bem como a existência de perigo real e imediato, não só à vida da Empresa saída de recuperação, mas também a garantia da efetividade da prestação jurisdicional anterior.

Tem-se quase um direito potestativo condicionado a deferimento de Cautelar antecedente, transmutando-se em dever do Poder Juiz, frente ao Princípio Constitucional da Preservação da Empresa e da Livre iniciativa. Neste sentido a Jurisprudência do Tribunal da Cidadania:

AGRAVO INTERNO NA TUTELA PROVISÓRIA. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. EMPRESÁRIO RURAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DEFERIDA. STAY PERIOD. SEQUESTRO/PENHOR DE GRÃOS. COMPETÊNCIA PARA



ANALISAR A ESSENCIALIDADE DO BEM. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. REQUISITOS DE CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA EVIDENCIADOS. DEFERIMENTO. SUPERVENIENTE JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. PLAUSIBILIDADE DO DIREITO E PERIGO DE DANO REFORÇADOS. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS HÁBEIS PARA INFIRMAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO IMPUGNADA. 1. A tutela provisória será concedida quando houver elementos que evidenciem, concomitantemente, (a) a probabilidade do direito afirmado - no caso, a real possibilidade de êxito do recurso interposto - e (b) o perigo de dano a que estará sujeita a parte em virtude da demora da prestação jurisdicional. Presentes tais requisitos, é de rigor o deferimento do pedido. 2. A superveniência de julgamento favorável do recurso especial interposto pela parte agravada reforça a necessidade de ratificação do efeito suspensivo/ativo a ele atribuído, inclusive para assegurar a efetividade da decisão judicial. 3. Mantém-se a decisão cujos fundamentos não são infirmados pela parte recorrente. 4. Agravo interno desprovido. (STJ - AgInt no TP: 2799 MT 2020/0147358-3, Data de Julgamento: 13/02/2023, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/02/2023).

Feitas tais considerações necessárias, *in casu*, verifico a manifesta probabilidade do direito, diante das dificuldades financeiras enfrentadas atualmente pelas requerentes, bem como pelo efetivo e concreto perigo de dano e risco ao resultado útil do processo, derivado do arresto que recai sobre a fábrica do Grupo requerente por determinação da Justiça Laboral em sede de execução centralizada, além do risco à preservação da empresa, valor maior da Lei nº 11.101/2005, que dessaí da possível interrupção do fornecimento de energia elétrica por débitos pretéritos, com risco de abrupto comprometimento da continuidade dos serviços.

Tudo está a demonstrar que, caso a medida não seja concedida, certamente as requerentes não conseguirão sequer propor a futura recuperação judicial que pretendem.

Assim, diante de todo o exposto, **defiro a tutela de urgência cautelar, em caráter antecedente, de modo a suspender a exigibilidade de todos os créditos considerados concursais detidos contra as sociedades integrantes do GRUPO PAKERA, bem como todas as ações e execuções ajuizadas contra elas,**



bem como quaisquer atos de constrição e expropriação (arresto, penhora, busca e apreensão, etc.) de bens do GRUPO PAKERA em razão de demandas judiciais para cobrança de créditos concursais detidos contra as sociedades, devendo ser submetida à prévia apreciação deste Juízo, por força dos artigos 6º e 7º-B da Lei nº 11.101/05, quando a demanda envolver crédito que, em razão da origem, não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial.

Defiro, na mesma toada, a suspensão da eficácia das cláusulas contratuais que preveem a rescisão dos contratos em razão do ajuizamento de recuperação judicial, determinando aos fornecedores de bens e serviços essenciais às atividades das devedoras que se abstenham de interromper o fornecimento em razão do presente pedido cautelar e de futuro pedido de recuperação, além da existência de dívida sujeita ao concurso de credores.

Dispenso as requerentes de apresentarem quaisquer certidões negativas para participação de certames de qualquer espécie, em especial as certidões de falência e recuperação judicial e negativas de débito fiscal. Suspendo ainda os efeitos das cláusulas que estabeleçam o vencimento antecipado da dívida, previstas em instrumentos contratuais celebrados entre as sociedades do GRUPO PAKERA e as instituições financeiras, determinando, ainda, a restituição de qualquer valor eventualmente compensado ou retirado das contas bancárias das sociedades do GRUPO PAKERA após esta data.

E NÃO É SÓ, considerando o exposto nos autos, em especial as faturas vultuosas ínsitas em index 130601157, DEFIRO O REQUERIDO DE FORMA ESPECÍFICA NA INICIAL, DETERMINANDO QUE a concessionária ENEL (CNPJ nº 33.050.071/0001-58) e a empresa IBS Energy10 (CNPJ 04.462.976/0001-37), SE ABSTENHAM DE INTERROMPER o fornecimento dos produtos/serviços essenciais por débitos decorrentes de fatos geradores anteriores à distribuição do presente pedido, SOB PENA DE MULTA CORRESPONDENTE A TODO DÉBITO COBRADO POR AMBAS AS EMPRESAS NAS TRÊS ÚLTIMAS FATURAS ANTERIORES A EVENTUAL CORTE INDEVIDO.



Considerando a iminência do pedido de Recuperação Judicial e como medida de cautela; obtemperando ainda a necessidade de acompanhamento do cumprimento da cautelar presentemente deferido; verificando o Juízo a total desordem dos Representantes Judiciais da Empresa requerente, em especial PELA RESMA DE HABILITAÇÕES QUE ABARROTAM ESTA SERVIENTIA E IGNORADAS PELO PATROCÍNIO DA EMPRESA QUE PEDE SOCORRO;

Tendo em vista, não podendo ser olvidado, que a Administradora anterior, nomeada no processo findo 0009466-67.2016.8.19.0029, ainda possui HONORÁRIOS NÃO SATISFEITOS PELA a Empresa Requerente, que vergonhosamente deixou de quitar tais valores, o que gera natural conflito de interesses;

OBSERVADO, COM ISSO, ORDEM CRONOLÓGICA DE ADMINISTRADORES INSCRITOS E REGISTRADOS NESTE CARTÓRIO, nomeio desde já para funcionar como Administrador Judicial no presente feito a sociedade MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, sediada na Avenida Almirante Barroso, nº 52, 20 andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, devendo figurar como responsável para o presente feito o advogado Julio Matuch de Carvalho, inscrito na OAB/RJ sob o nº 98.885, para todos os fins da LRF.

Intime-se-o para tomar conhecimento desta decisão e para informar se aceita o encargo, bem como para formular proposta de honorários, OS QUAIS DESDE LOGO LIMITO EM 1,25% do montante total dos créditos sujeitos à recuperação judicial futura.

Serve a presente decisão como ofício para que possam ser apresentadas aos credores e nas demandas judiciais movidas contra o GRUPO PAKERA. BEM COMO DETREMINAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS EMPRESAS ENEL (CNPJ nº 33.050.071/0001-58) e IBS Energy10 (CNPJ 04.462.976/0001-37).

Após a efetivação da medida, venha o requerimento de recuperação judicial no prazo legal, sob pena de extinção deste feito, revogação desta decisão E CONDENAÇÃO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.



CUMPRA-SE, JÁ, AGORA E *INCONTINENTI*.
Intimem-se.

MAGÉ, 15 de julho de 2024.

VITOR MOREIRA LIMA
Juiz Titular

